

## PARA PENSAR AS FRONTEIRAS: APONTAMENTOS INICIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DAS FRONTEIRAS

Dr. Eric Gustavo Cardin – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
(UNIOESTE)

eric.cardin@unioste.br

**RESUMO:** O texto apresentado é resultado de reflexões oriundas de um conjunto de pesquisas empíricas realizadas durante os anos de 2003 a 2012. No entanto, não se trata de conclusões de uma pesquisa concluída, mas apontamentos teóricos oriundos de uma relação produtiva com o campo de pesquisa, mais especificamente a fronteira do Brasil com o Paraguai. Neste sentido, ele tem um caráter de ensaio e não necessariamente de uma pesquisa metodologicamente exposta. O texto se propõe a problematizar o conceito de “cultura do contrabando” em defesa da construção de uma noção mais ampla, correspondente a uma “cultura de fronteira”. Para tanto, o exercício realizado explora as diversas dimensões sociais que podem compor tal perspectiva.

**PALAVRAS-CHAVES:** Fronteira; teoria; sociologia.

Existem múltiplas formas de viver a fronteira, a grande maioria delas ocorre de maneira despercebida pelos próprios moradores das regiões limítrofes. Habitados a cruzar as pontes, os rios e as ruas que separam os diferentes países vizinhos do território brasileiro, a população fronteiriça possui uma relação muito particular com a situação no qual se encontra. Diferente dos visitantes e turistas que pensam e guardam no imaginário o simbolismo de estarem em uma nação diferente da sua, os moradores locais, das “raias” brasileiras, tem tais sensações mais naturalizadas.

Isso não quer dizer que eles não sabem, não percebem ou não consideram a existência de distinções políticas e jurídicas derivadas das respectivas configurações nacionais durante suas práticas sociais cotidianas. Para o observador externo ou para o “nativo”, “a fronteira está lá” e “estando lá” ela se faz presente no estoque de conhecimento construído historicamente pelos habitantes das regiões fronteiriças. O resultado disso se apresenta de maneira simples. A fronteira corresponde a uma variável presente e constante nos modos de viver e nas estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos sujeitos que vivem na e da fronteira.

Indo além de sacoleiros, laranjas, kileros, paseros, mulas e chiveros, colocando em um campo de espera os grupos criminosos que criam complexas redes no intuito de explorar e se beneficiar de maneira sistemática dos antagonismos da fronteira, observa-se que esta é importante, para não dizer determinante, para uma população que escolhe e planeja todos os dias suas ações futuras no interior de um universo caracterizado por possibilidades fornecidas pelas diferenças existentes entre os países (GRIMSON, 2005). Pobres ou ricos, membros de diferentes grupos étnicos e religiosos, torcedores de diferentes times de futebol, visualizam e utilizam a fronteira como um elemento enriquecedor.

Esta afirmação não é restrita aos aspectos econômicos. Os ganhos em “atravessar a fronteira” não possuem apenas este aspecto, embora estes possam ser determinantes. As vantagens econômicas de trabalhar no Paraguai e com as mercadorias disponibilizadas em sua zona livre de impostos são atrativas, como é abastecer o carro na Venezuela ou na Argentina. No entanto, também são significativas as experiências culturais, o lazer, a alimentação e as compras de bens ou de viveres para o consumo da casa. Para um morador das fronteiras com a Argentina ou o Uruguai, comprar roupas, cosméticos ou ir ao supermercado no país vizinho não é uma postura criminalizada e, muito menos, de cunho exclusivamente econômico, embora juridicamente possam ser condenáveis.

O que dizer dos inúmeros interlocutores que trabalhavam no circuito sacoleiro e narravam suas experiências de modo a valorizar a liberdade de estarem inseridas em um universo mais frouxo, sem horários e com uma moral extremamente plástica (Cardin, 2011b). Não foram uma ou duas conversas onde os trabalhadores destacavam a alegria de estar no tumultuado microcentro de Ciudad del Este, com todo caos aparente, mas, ao mesmo tempo, com um sentimento de pertencimento e intimidade. Os laranjas e sacoleiros sustentam e formatam a zona de livre comércio paraguaia, mas, ao mesmo tempo, são moldados pelas relações estabelecidas em sua cotidianidade.

No geral, são práticas sociais que vão lentamente se tornando tradicionais, enquadradas no interior de tantas outras que são feitas muito antes das fronteiras serem demarcadas legalmente pelos Estados Nacionais. Embora os limites jurídicos entre os países se configurem como obstáculos para as normatizações

econômicas e políticas de um país, que restringe sua intervenção ao seu território pré-determinado, a circulação de pessoas e capitais simplesmente tende a desconsiderar tais restrições. Em um universo de pouco controle estatal, a fiscalização e a repressão das práticas populares fronteiriças tende a se fortalecer e a se naturalizar em tais ambientes, produzindo gradativamente uma suposta cultura do contrabando (GODINHO, 2009).

O processo de povoamento do oeste paranaense foi promovido durante o século XIX por meio de empresas argentinas que, aproveitando-se da falta de fiscalização e controle do governo paraguaio, brasileiro e argentino, exploravam os recursos naturais abundantes em toda região de fronteira, independente de sua margem e da nacionalidade da força de trabalho empregada (CATTÁ, 2002). Tais práticas, embora tenham sido interrompidas durante o Estado Novo, deixou de herança caminhos e práticas mantidas até os dias atuais. Ao longo de parte significativa do século XX, as picadas e os portos construídos para o transporte de madeira e erva mate começaram a ser utilizados para a passagem do café (LEMES, 2012) e mais recentemente a mesma estrutura é utilizada no contrabando de drogas, armas e mercadorias compradas no Paraguai (BATTISTI, 2009; CARDIN, 2011a).

Em outras palavras, aquilo que entendemos por contrabando é um elemento histórico e determinante na formação de uma ampla região, estando presente e arraigado nos hábitos locais, permitindo o nascimento de inúmeras investigações sobre a possível existência de uma cultura de contrabando na faixa de fronteira do Brasil com os demais países da América do Sul. Contudo, acreditamos que o problema seja um pouco mais complexo e exija o desenvolvimento de um olhar teórico e metodológico específico sobre tais conjunturas. Neste sentido, o objetivo deste texto é lançar alguns apontamentos iniciais no intuito de contribuir para a construção de uma matriz capaz de iluminar a realidade e as especificidades das fronteiras.

Assim, as discussões que aqui apresentamos não são conclusões de um estudo empírico em específico, mas reflexões oriundas de uma relação produtiva com o campo de pesquisa, mais especificamente com a fronteira do Brasil com o Paraguai. O intuito é lançar algumas idéias iniciais, que ainda encontra-se em

processo de amadurecimento em espaços de construção coletiva, para fundamentar conceitos e abordagens que sejam mais próximos da realidade social que investigamos há quase uma década. Durante todo este período, uma conclusão é possível de ser feita, as práticas sociais dos moradores das regiões fronteiriças são sustentadas pelo sentido atribuído ao outro lado da fronteira e isso, por mais simples que pareça, tem um significado que é mais abrangente do que as restrições jurídicas das ações e dos limites em tais regiões.

Sem embargo, consideramos que o uso do termo cultura de contrabando pode ser inadequado ou incompleto dependendo do olhar atribuído à fronteira ou as fronteiras. Como afirmamos brevemente, o fluxo transfronteiriço ocorria antes da existência do controle legal dos limites e também durante o período em que a lei não é devidamente aplicada, configurando-se como uma prática tradicional. Sendo o termo contrabando de origem essencialmente jurídica, ele sobrepõe práticas anteriormente realizadas e, muitas vezes, as criminaliza. Neste ponto, caberia aqui todo um debate referente aos processos de normatização dos modos de viver durante o processo de construção do Estado Nacional, mas, que devido os objetivos deste texto, não podem ser desenvolvidos adequadamente.

Autores como Kowarick (1994), Chalhoub (1999) e Carvalho (1998), em seus estudos sobre a formação da força de trabalho assalariada no país, assim como da construção de uma cultura republicana no Brasil, problematizam os conflitos entre os projetos societários das frações de classe dominante e as práticas sociais ou os modos de viver da população nacional durante as tentativas de normatização de condutas e a criação de hábitos supostamente correspondentes a uma nação desenvolvida. A tentativa de controle dos fluxos transfronteiriços pode ser entendida dentro desta perspectiva, ou seja, como um esforço de disciplinar as posturas socialmente aceitas em um contexto de fronteira.

Deste modo, considero que a cultura do contrabando encontra-se no interior de uma cultura de fronteira, mas sem corresponder imediatamente a ela, pois esta tende a ser muito mais ampla e envolvente. A cultura de fronteira pode ser entendida como um universo cosmológico produzido pela intersecção de diferentes dimensões sociais existentes e plasmado durante os diversos processos históricos que formatam as conjunturas das fronteiras. Neste sentido, o contrabando ou o

descaminho seriam apenas alguns dos elementos resultantes do encontro de um conjunto de variáveis que determinariam as configurações destes espaços.

A definição das dimensões sociais tem como intuito dar conta simultaneamente dos dinamismos das fronteiras e dos próprios obstáculos existentes para o desenvolvimento das práticas sociais. De maneira geral, estas são definidas pelas relações dialéticas e constantes entre as experiências acumuladas pelos sujeitos sociais e as diferentes conjunturas onde eles atuam. Deste modo, o entendimento dos contornos que a fronteira vai desenvolvendo durante os processos de expansão do modo de produção é um exercício fundamental quando se tem o objetivo de entender o funcionamento, a estrutura ou o cotidiano de tais realidades, pois são eles que configuram e delimitam o espaço onde as relações sociais são efetivadas.

A dimensão social está sendo entendida aqui como uma categoria sociológica construída pelo exercício de suspensão da cotidianidade por parte do pesquisador, visando garantir um afastamento metodológico para uma posterior análise das diversas camadas ou esferas da vida social que compõem a realidade, fomentando a elaboração posterior de tipologias. Em outras palavras, quando observamos os movimentos e as particularidades das fronteiras estamos visualizando de uma maneira amorfa a cultura de fronteira. Esta cultura é composta por inúmeras dimensões sociais que não são visualizadas de maneira pura imediatamente, mas contaminadas por suas diversas possibilidades de existência.

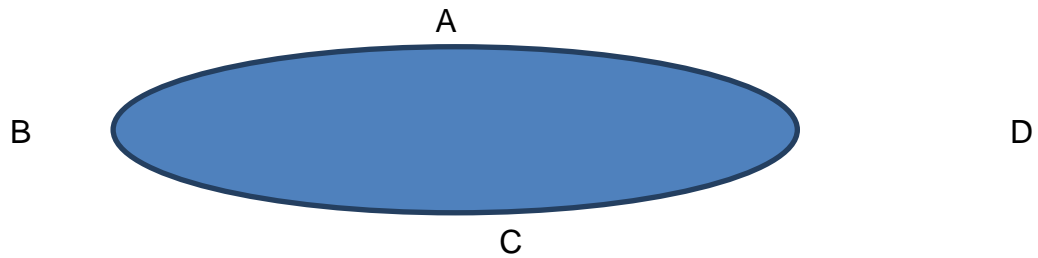
Vázquez (2007) chama a atenção para os cuidados necessários no processo de compreensão da realidade social. Ao longo do desenvolvimento histórico das Ciências Sociais visualiza-se um movimento pendular. Em um primeiro momento existe a tentativa de entender o mundo pela valorização da pseudoconcreticidade, do mundo vivido pelos trabalhadores. Nesta abordagem, a ciência assume o papel de divulgadora das posições de classe. Por outro lado, visando superar esta abordagem empirista, surgem autores idealistas, fundados nos pressupostos de autores como Kant e Hegel. Assim, observa-se a radicalização das discussões para outra situação, estabelecendo o antagonismo entre empiristas e idealistas. O que precisamos fazer é a superação destas duas abordagens por meio do estudo da práxis social.

No esforço de desconstruir a realidade social observada para, em um segundo momento, reconstruí-la mediada por conceitos sociológicos (KOSIK, 2002), o pesquisador precisa promover aquilo que Heller (1991) recomenda como suspensão do cotidiano, o que corresponde ao esforço de se afastar do aparente caos e alienação da realidade imediata para problematizar de forma mais aprofundada os diferentes elementos ou dimensões, como estamos aqui definindo, que formatam a vida social. Afastados, dentro dos limites sociais e ontológicos existentes, o pesquisador separa, elabora e define as diversas dimensões sociais presentes em uma mesma realidade, sem negar ou desconsiderar o impacto que suas articulações promovem na definição das fronteiras.

Para tanto, este constructo intelectual guarda em si as características de ser: 1) esponjoso ao absorver de modo incontrolável as experiências e os movimentos sociais; 2) sociometabólico por se modificar historicamente e responder aos diferentes elementos que vão sendo englobados durante o seu próprio dinamismo e; 3) flexível, se esticando, alargando e se aproximando das outras dimensões, conforme a conjuntura fronteira vai sendo construída historicamente. Tal característica funcional e estética tem o intuito de demonstrar que as aparentes contradições existentes entre pontos supostamente antagônicos, por estarem dentro de uma mesma dimensão fazem parte de uma mesma totalidade. A situação de oposição é espacial e temporal, portanto, histórica.

Se fosse possível representar de outra maneira as dimensões sociais, poderíamos pensar que elas possuem o formato de “elipses”, tendo, desta forma, pontos extremos que são mais distantes do que outros, estando aparente e momentaneamente em situação de oposição. Ainda dentro de uma perspectiva metafórica, pensamos que estas “elipses” são constituídas por uma substância gelatinosa, que pode ser esticada, puxada, entortada, ao mesmo tempo em que ela vai crescendo ao absorver tudo aquilo que está ao seu redor.

## DIMENSÃO SOCIAL



O desenho da “elipse” exposto possui quatro letras que identificam os polos da figura geométrica. Os polos A e C estão mais próximos quando comparados ao B e D, desta forma, estes últimos poderiam sinalizar uma oposição maior quando comparados aos anteriores ou, em outras palavras, eles permitiram denunciar um suposto antagonismo entre elementos existentes dentro de uma mesma dimensão social. Todavia, esta formatação é temporal, se modificando por meio dos conflitos e articulações ocorridos na cultura da fronteira. Em um momento, a distância entre B e D pode ser ampliada, aproximando ainda mais A e C, mas em outro, pode ocorrer o inverso, a aproximação de B e D e o afastamento de A e C. Estas modificações vão ocorrendo durante o processo histórico, conforme a substância que compõem a “elipse” vai absorvendo ou se alimentando das experiências sociais e modificando, flexibilizando seus limites, permitindo, por exemplo, que mesmo mantendo a ordem das letras expostas anteriormente, a “elipse” fique esticada ao ponto de criar um “abismo” entre B e D, mas permitindo que D faça uma curva tão acentuada que o aproxime externamente ao ponto A.

Em outro momento, centrados na dimensão econômica tributária da fronteira do Brasil com o Paraguai, observamos que a aduana brasileira funcionava como uma válvula de controle dos fluxos de mercadorias e capitais que entravam no território brasileiro durante a década de 1990 e começo dos anos 2000 (Cardin, 2011b). Neste contexto, as ações orquestradas pela Receita e pela Polícia Federal dependiam diretamente da aproximação do Estado Brasileiro em relação aos outros sujeitos sociais envolvidos com a questão. Assim, podemos pensar o Estado como o ponto A, os trabalhadores do circuito sacoleiro como o ponto B, as indústrias brasileiras como o ponto C e o mercado de Ciudad del Este como o ponto D.

A aproximação do ponto A (Estado) a outro sujeito inserido na dimensão econômica tributária, afasta os demais polos do controle da questão. Neste sentido,

quando o governo brasileiro atende os interesses da indústria nacional aumentando o controle na ponte que liga o Brasil ao Paraguai, a elipse aproxima o ponto A do ponto C e afasta na mesma proporção os interesses dos trabalhadores e do mercado paraguaio. Tal movimento é comum próximo às datas festivas, quando aumenta de forma significativa as compras em Ciudad del Este. Por outro lado, quando o governo brasileiro não age de maneira ostensiva na fronteira, o ponto A se distancia do ponto C, ocorrendo uma aproximação de B e D. Neste contexto, o esforço na construção de políticas públicas é fazer com que a “elipse” adquira o máximo possível o aspecto “circular”, onde a distância entre os pontos se torna equivalente.

No entanto, a cultura de fronteira é composta simultaneamente por inúmeras dimensões sociais com este formato elíptico, como “anéis” em movimento que envolve uma única “esfera”. Cada um dos “anéis” representa uma dimensão da vida social que, para fins analíticos, é separado, suspenso da cotidianidade, e definido como uma tipologia. Porém, não nos atrevemos a defini-lo como um tipo ideal puro no sentido weberiano, pois acreditamos que as dimensões ou os “anéis” só podem ser compreendidos de maneira conjunta e processual. Embora o esforço seja no sentido de separar as diversas dimensões sociais esta tarefa apenas reforça a ideia que a “elipse” se contorce de inúmeras formas, criando infinitos pontos de intersecção entre as diversas dimensões.

Embora possamos ter um objeto de pesquisa isolado e metodologicamente bem definido, as pesquisas empíricas, principalmente aquelas de maior caráter antropológico, vêm demonstrando a impossibilidade de se pensar e enxergar as realidades de fronteiras de maneira linear e harmônica. Albuquerque (2010), por exemplo, ao tentar se concentrar no estudo da construção da identidade dos brasiguaios, vai lentamente apresentando que tal processo histórico não é exclusivamente cultural ou psicológico, mas envolve um conjunto de jogos que ocorrem no interior das dimensões políticas e econômicas, dando um caráter vivo às fronteiras (sociometabólico), que ele define como *fronteiras em movimento*.

A prática investigativa revela um conjunto de dimensões sociais que precisam ser mais bem definidas e compreendidas, exigindo a melhoria qualitativa e quantitativa das pesquisas de campo nos universos de interesse. Os estudos já



desenvolvidos pelos pesquisadores que hoje se encontram espalhadas por todo território nacional permitem constatar a presença das dimensões: a) histórica, onde se encontra as disputas na definição e na preservação da memória; b) política, com os conflitos e articulações para o exercício do poder; c) econômica tributária, com o impacto do mercado e das leis que o regem na definição da vida social; d) jurídica, no esforço de normatização e regulamentação das práticas sociais; e) cultural, envolvendo um amplo universo de tradições e manifestações artísticas; f) religioso, observando o papel dos hibridismos, dos processos de conversão, expansão e institucionalização de novas religiões; g) por fim, a humana, englobando os debates sobre direitos humanos, violência e segurança pública nas regiões de fronteira.

Evidentemente que estas dimensões não correspondem a todas as possibilidades existentes. As dimensões são construídas pelo pesquisador atendendo exigências do seu problema de pesquisa e alimentado pelas informações recolhidas durante os estudos de campo. Logo, as dimensões, como a sua própria estrutura elíptica, também podem ser ampliadas e esticadas para atender universos mais amplos ou mais específicos, conforme a necessidade de investigação. O que não podemos deixar de observar é que todas estas dimensões coexistem, girando ao redor de uma mesma realidade, como anéis que envolvem uma esfera, compondo uma totalidade, que seria a cultura de fronteira.

Embora a cultura de fronteira pressuponha a noção de totalidade, pois ela nada mais é que um arranjo das diversas dimensões sociais possíveis em um contexto determinado, os sujeitos sociais não a vivenciam de forma plena ou integral. Eles agem por meio de práticas sociais, que aqui são entendidas ou definidas como pontos ou ações fundamentadas pela intersecção das experiências particulares e a conjuntura social do local onde eles estão inseridos. Sendo as práticas sustentadas por experiências, visualiza-se o predomínio de dimensões sociais específicas que, por diferentes motivos, foram mais determinantes nas trajetórias de vida do sujeito.

Assim, a cultura de fronteira não se manifesta de forma plena em uma mesma unidade temporal e espacial. Logo, observando as regiões de fronteira, visualiza-se um imenso degrau tingido pelas variações na determinação das

cores/trajetórias ou pela falta de hegemonia em determinada dimensão social elíptica. É isto que fornece em alguns contextos de fronteira um aspecto caótico. Neste sentido, a hegemonia, o predomínio ou o domínio de uma dimensão específica em uma determinada cultura de fronteira pode transmitir uma sensação de ordem, de uniformidade. Neste ponto estamos indo ao encontro das abordagens de Gramsci (2007) e do próprio Bourdieu (2001), principalmente naquilo que se refere à disputa de posições no processo de construção da hegemonia e a importância da acumulação de capital na organização dos campos simbólicos respectivamente.

Os pontos de intersecção ou de fronteiras entre as diferentes dimensões sociais correspondem a locais de negociação, de conflito e de acordos. É o momento ou o ponto do choque de interesses e/ou de projetos societários, que é resolvido pelo capital acumulado pelos sujeitos envolvidos ou, na definição de Bourdieu (2001), dos agentes sociais que disputam posição no interior de um mesmo campo. É neste momento que a hegemonia é definida e os aparelhos estatais e instituições sociais se colocam de forma determinante, garantindo ou tentando garantir a vitória dos projetos defendidos pelas frações da classe dominante. Os grupos sociais possuidores da maior quantia de capital acumulado (econômico, político ou cultural) tendem a estabelecer as melhores e as maiores articulações garantindo o predomínio de suas posições no interior das dimensões sociais que se encontram em disputa.

A cultura do contrabando seria um ponto de encontro e conflito de diferentes dimensões sociais, onde a econômica tributária predomina. Como discutimos anteriormente, o fluxo de pessoas e mercadorias nas regiões de fronteira são anteriores ao processo de normatização e regulamentação das práticas de contrabando, por isso elas podem ser consideradas tradicionais e, até mesmo culturais. No entanto, uma prática que poderia ser entendida por meio de um estudo aprofundado da dimensão cultural, fica esfumada se desconsiderarmos que a dimensão histórica, ao concentrar as disputas para guardar uma memória oficial sobre as práticas, e a dimensão econômica tributária, presente no esforço estatal em controlar a fuga de divisas e proteger a industrial nacional, são fundamentais no entendimento do fenômeno na contemporaneidade.

No Brasil o processo de interiorização do capitalismo no país ocorre em uma época onde as fronteiras do legal e do ilegal não são claras, da mesma forma que as definições jurídicas de limites. Assim, a dimensão política e humana não são muito consideradas, sendo constantemente violadas devido ao predomínio da dimensão econômica. Desta forma, o momento de ampliação da acumulação de capital por meio da exploração intensiva do meio ambiente e dos próprios trabalhadores é marcado pelo descaso com o homem. Tal situação demonstra a correlação entre as dimensões e demonstra a importância de observarmos os arranjos elaborados no desenvolvimento da cultura de fronteira.

Em um segundo momento, quando o capitalismo já se encontra inserido em todo território e vivencia seu momento de consolidação, outras dimensões são visualizadas com maior força. Agora, as dimensões políticas e jurídica predominam, normatizando o funcionamento das demais dimensões no sentido de garantir a manutenção e a expansão do modelo econômico. Em outras palavras, como destacaria Max Weber (2000), o avanço destas áreas sociais representa à cristalização do domínio burocrático, onde o controle sobre o outro não ocorre pela violência física, mas pela delimitação legal do comportamento.

Para finalizar estas considerações teóricas iniciais, no esforço de sistematizar e organizar um olhar que já vem sendo apontando em estudos de caráter mais empírico vale destacar que o predomínio de uma dimensão não exclui a resistência das demais. É preciso observar sempre que as fronteiras são dinâmicas, fluidas, construídas por conflitos e diferenças, estando sempre se adaptando e se formatando a novas situações. Logo, as hegemonias são frequentemente desafiadas, exigindo respostas diretas e indiretas no intuito de manter sua ordem. Por tudo isso, compreender as fronteiras como um todo não é um exercício fácil, mas é aquele que permite a elaboração de conhecimentos mais significativos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.**

ALBUQUERQUE, José Lindomar C.. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.** São Paulo: Annablume, 2010.

BATTISTI, César. Trajetórias Ocupacionais na Fronteira Brasil/Paraguai. In: SILVA, Michael (org.). **Ensaio Historiográficos: Sociabilidade e Identidade na Fronteira**. Foz do Iguaçu: UNIAMÉRICA, 2009. P. 56 – 67.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CARDIN, Eric Gustavo. Trabalho e Organização dos “Barqueiros” na Fronteira do Brasil com o Paraguai. In: BOSI, Antônio de Pádua; VARUSSA, José Rinaldo. **Trabalho e Trabalhadores na Contemporaneidade: diálogos historiográficos**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011a.

CARDIN, Eric Gustavo. **A Expansão do Capital e as Dinâmicas da Fronteira**. Tese (Doutorado em Sociologia). Araraquara: UNESP, 2011b.

CARDIN, Eric Gustavo. **Laranjas e Sacoleiros na Tríplice Fronteira: um estudo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011b.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

CATTA, Luiz Eduardo Pena. **O Cotidiano de uma Fronteira: a perversidade da modernidade**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GODINHO, Paula. Desde a idade de seis anos, fui muito contrabandista – O concelho de Chaves e a Comarca de Verín, entre velhos quotidianos de fronteira e novas modalidades emblemáticas. In: FREIRE, D.; ROVISCO, E.; FONSECA, I. (orgs). **Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola**. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Torino: Einaudi, 2007.

GRIMSON, Alejandro. Cortar puentes, cortar pollos: conflictos económicos y agencias políticas en Uruguayana (Brasil) – Libres (Argentina). In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso; BAINES, Stephen (orgs.). **Nacionalidade e Etnicidade em Fronteiras**. Brasília: UNB, 2005.

HELLER, Ágnes. **Sociología de la Vida Cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península, 1991.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem – A origem do trabalho livre no Brasil**, 2º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LEMES, Alessandra Sara. O Contrabando nos Autos Criminais na Comarca de Toledo (1954 – 1980). In: **Anais da X Semana Acadêmica de Ciências Sociais da UNIOESTE**. Toledo: UNIOESTE, 2012.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**, vol. 01. Brasília: UNB, 2000.